

ORDEM VERBO-SUJEITO, INACUSATIVIDADE, CASO E DEFINITUDE: SUBSÍDIOS INTERLINGÜÍSTICOS PARA UMA ANÁLISE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Marcelo Amorim Sibaldo¹
Universidade Federal de Alagoas

Resumo: Adotando o quadro teórico da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1981; 1986), analisaremos e discutiremos a proposta de Belletti (1988), segundo a qual o DP pós-verbal de estruturas inacusativas recebe o Caso partitivo e é submetido ao Efeito de Definitude. Para isso, lançaremos mão das análises do finlandês feitas por Kiparsky (1998, 2001). Já para uma análise acerca do Caso atribuído ao DP pós-verbal, discutiremos a proposta de Kato (2000).

Palavras-chave: Caso partitivo; Caso nominativo; ordem VS.

1. Introdução

Conforme Moura (2005, p. 47) afirma: “nas últimas décadas do século XX e neste início do século XXI, a análise de casos de variação interlingüística tem merecido a atenção de estudiosos na busca de explicações satisfatórias para vários fenômenos lingüísticos”. E ainda segundo essa lingüista, “os estudos em sintaxe comparativa têm permitido uma maior visibilidade às semelhanças e diferenças entre as línguas, de uma mesma família ou não” (p. 48).

Sendo assim, “a gramática gerativa chomskyana tem fornecido o suporte teórico indispensável para as análises empreendidas” (p. 49), o que faz com que os estudos em lingüística teórica tenham tido um avanço considerável nos últimos anos. Assim, “nos últimos dez anos, o método comparativo tornou-se um componente essencial do programa de pesquisa conhecido como gramática gerativa, com

* Agradeço a leitura cuidadosa e as pertinentes observações de Maria Denilda Moura, Cláudia Roberta Tavares Silva e Jair Gomes de Farias a uma primeira versão deste texto. Os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (PPGLL). Esta pesquisa está sendo financiada por uma bolsa da CAPES.

resultados muito proveitosos, em particular no domínio da teoria sintática”, (cf. RIZZI, 1988 *apud* MOURA, 2005, p. 49-50).

Um exemplo desse avanço pode ser obtido se levarmos em consideração a análise clássica de Belletti (1988) que examina as estruturas sintáticas de algumas línguas (a saber: o italiano, o francês, o inglês, o finlandês, o alemão, dentre outras) para propor uma possível generalização no que concerne ao Caso² atribuído por verbos inacusativos e ao suposto Efeito de Definitude (doravante DE, do inglês *Definiteness Effect*)³ presente no DP pós-verbal em estruturas inacusativas.

Com base no que foi dito anteriormente, propomos neste trabalho um estudo comparativo embasado na análise proposta por Belletti (1988), segundo a qual foram assumidos universalmente⁴ o DE e o Caso partitivo para as estruturas inacusativas. Assim, lançaremos mão de estruturas do português brasileiro (doravante PB) para “testar” a proposta empreendida por aquela autora, utilizando nesta pesquisa dados de introspecção, ou seja, dados provenientes de nossa intuição como falantes nativos do PB. Acrescentamos ainda que apenas a ordem VS, em contextos declarativos finitos, será considerada para o presente trabalho.

² Chomsky (1980) *apud* Raposo (1992, p. 350) afirma que “a marcação casual dos DPs é um fenômeno universal, e não apenas uma propriedade das línguas que possuem marcas Casuais morfológicas, como o Latim. Para Chomsky, a marcação Casual é um fenômeno essencialmente *sintático*: os DPs recebem um Caso <<abstrato>> na sintaxe, o qual pode ou não receber uma manifestação morfológica consoante as línguas particulares”. Assim, *todas* as línguas dispõem de *Caso*, mesmo aquelas línguas sem marcação morfológica (como é o caso do PB). A Teoria Gerativa postula ainda o filtro que regula a marcação Casual, a saber: o filtro do Caso, segundo o qual um DP com uma matriz fonológica e sem Caso é agramatical.

³ Segundo Figueiredo Silva (1996, p. 99), o Efeito de Definitude é “uma propriedade da posição objeto de uma certa classe de verbos [inacusativos], cujas propriedades casuais obrigam o sintagma nominal que permanece dentro do sintagma verbal a ser indefinido”.

⁴ Visto que, de acordo com Chomsky (1997, p. 61), “muita coisa da variabilidade das línguas pode ser reduzida a propriedades dos sistemas flexionais”.

Destacamos, ainda, que levaremos em consideração a análise do finlandês feita por Kiparsky (1998, 2001) para corroborar ou não os dados apresentados por Belletti (1988), haja vista que o Caso partitivo é proposto como presumidamente universal a partir de dados do finlandês, língua que marca o Caso morfologicamente.

É relevante salientar que muitos trabalhos foram feitos para avaliar a proposta desta autora no PB (cf. ANDRADE, 2003; COELHO, 2000; MENUZZI, 2004; TAVARES SILVA, 2004, dentre outros). Porém, tanto quanto nós sabemos, os problemas concernentes ao Caso atribuído ao DP pós-verbal e ao DE em estruturas inacusativas não foram de todo satisfeitos no âmbito da Teoria da Gramática Gerativa.

Dessa forma, neste trabalho pretendemos discutir, com embasamento no modelo chomskyano de Princípios e Parâmetros (CHOSMKY, 1981 e 1986), a proposta de Belletti (1988), problematizando algumas questões que permanecem em aberto desde então, dentre elas: (i) podemos assumir o DE no PB? (ii) Qual o Caso atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas? Para isso, tomaremos como objeto de análise sentenças inacusativas do PB.

Objetivamos, ainda, apresentar a proposta de Kato (2000) que, lançando mão do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), propõe que, em línguas de sujeito nulo, os afixos pronominais de concordância se encontram na numeração como argumentos externos de V apenas flexionado para tempo. A autora propõe ainda que estes afixos, em línguas nas quais a flexão verbal e o associado concordam morfologicamente, como o italiano e o inglês, por exemplo, seriam responsáveis pela checagem do Caso nominativo do associado. Ao passo que em línguas nas quais a flexão verbal e o associado não concordam morfologicamente, como o francês e o PB⁵, por exemplo, esses afixos checam o nominativo estrutural em [Spec, TP].

Para o presente estudo, o método de abordagem adotado é o hipotético-dedutivo. Quanto ao método de procedimento, utilizamos o

⁵ É relevante destacar que, enquanto o francês tem um expletivo lexicalmente realizado (*il*), o PB tem um afixo pronominal nulo (\emptyset).

comparativo haja vista que o PB, língua analisada, é comparado a outras línguas, sempre que for pertinente à nossa análise.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na segunda seção, explanaremos brevemente acerca dos problemas empíricos ao se postular o DE em sentenças inacusativas para línguas de sujeito nulo; na terceira seção, apresentaremos as evidências do finlandês, entre outras línguas, apresentadas por Belletti (1988) para propor a presumida universalidade do Caso partitivo; em seguida, com base na análise do finlandês feita por Kiparsky (1998, 2001), discutiremos o Caso partitivo; na quarta seção, teceremos sucintamente algumas linhas sobre a proposta de Kato (2000) acerca do Caso atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas. Em seguida, finalizaremos o trabalho apresentando os principais pontos discutidos.

2. Sobre a presumida universalidade do Efeito de Definitude

Segundo o texto clássico de Belletti (1988), o Caso Partitivo é atribuído ao DP pós-verbal (argumento interno) subcategorizado pelo verbo inacusativo. Ainda segundo essa autora, esse DP teria de ser indefinido, haja vista a presumida universalidade da atuação do DE sobre esse DP nas estruturas inacusativas, uma vez que o DE é um fenômeno concernente à natureza do objeto dos verbos inacusativos⁶.

⁶ Burzio (1986), ao observar algumas propriedades sintáticas e semânticas de algumas estruturas do italiano, retoma as idéias de Perlmutter (1978) e apresenta evidências de que verbos intransitivos são divididos em duas classes: (i) os *inergativos* (ou não-ergativos, do inglês *unergative*) que selecionam um argumento externo e que, de acordo com Menuzzi (2004, p. 354), seus sujeitos superficiais possuem “propriedades semânticas e gramaticais de sujeitos ‘normais’ - por exemplo, possuem em geral um papel temático agentivo” e (ii) os *ergativos* (ou *inacusativos*, do inglês *unaccusatives*) que selecionam um argumento interno ao VP. Exemplos dos inacusativos são “verbos como *existir, aparecer, chegar, surgir, cair, etc.*, cujo sujeito superficial possui várias propriedades semânticas e gramaticais características dos *objetos* verbais, entre as quais a de ter um papel temático não agentivo” (p.354).

Desse modo, (ia) é a estrutura de um verbo *inergativo*, enquanto que (ib) é a estrutura de um verbo *inacusativo*:

- (3) ha mangiato Giovanni
 “Giovanni comeu”

Desse modo, quando nos deparamos com sentenças inacusativas de línguas de sujeito nulo (doravante LSN), como nos exemplos abaixo, do PB, do PE e do italiano, vemos que a presumida universalidade do DE, como esperado, não é corroborada:

- (4) È arrivato il ragazzo. (italiano)
 (5) Chegou o menino. (PB e PE)

Belletti (1988, p. 8), então, para resolver o problema colocado acima no que concerne à não atuação do DE no DP pós-verbal nas estruturas inacusativas das LSN, lança mão da distinção estrutural de duas configurações para o sujeito posposto⁹, como podemos ver no exemplo abaixo:

- (6) DP₁ [VP [VP V DP₂ [PP P DP₃]] DP₄]

Assim, nem a posição DP₁, nem a posição DP₃, nem a posição DP₄ estão submetidos ao DE (como mostram os seus respectivos exemplos em (7), (8) e (9)), tanto em línguas de sujeito não nulo, quanto em línguas de sujeito nulo.

- (7) a. Le livre a disparu. (francês)
 “O livro desapareceu.”
 b. Gianni è arrivato. (italiano)
 “João chegou.”

passando por um processo de mudança, seria o fato de que o PB teria uma frequência extremamente baixa da ordem Verbo-Sujeito (doravante VS): “o PB seria uma língua inovadora entre as línguas românicas no que diz respeito à ordem VS: até o século XIX, o PB teria mantido um padrão de ordem semelhante ao PE e das demais línguas românicas, em que a possibilidade de inversão entre verbo e sujeito seria relativamente livre; a partir de então, mudanças na organização da língua teriam resultado em severas restrições à possibilidade de usar a ordem VS”.

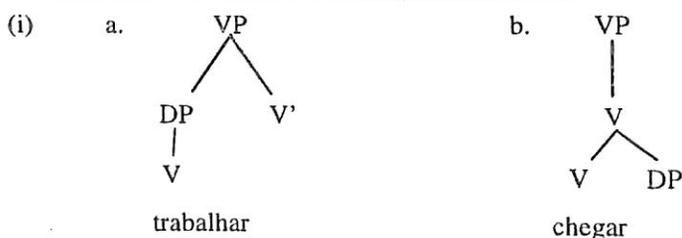
⁹ Na verdade, Belletti (1988, p. 8) propõe a estrutura abstrata em (i), porém, tivemos a necessidade de adaptar a proposta desta autora, tendo em vista a proposta do DP de Abney (1987) que argumenta que o item funcional D seleciona um NP. Portanto, ao invés de utilizar a abreviatura NP preferimos o uso de DP (do inglês *Determiner Phrase*):

(i) NP₁ [VP [VP V NP₂ [PP P NP₃]] NP₄]

Para tal generalização, a autora toma por base não apenas estruturas do finlandês (cf. 3.1.), mas, também, dados do francês e do inglês, como em (1) e (2) respectivamente⁷:

- (1) a. Il est arrivé trois filles. (francês)
 “Expl Chegou três garotas.”
 b. *Il est arrivé la fille.
 “Expl Chegou a garota.”
- (2) a. There arrived a man. (inglês)
 “Chegou um homem.”
 b. *There arrived the man.
 “Chegou o homem.”

O inglês e o francês, ao contrário do italiano e do português europeu (doravante PE), por exemplo, são línguas de sujeito não nulo, ou seja, línguas não-*pro-drop* e, como se sabe, além da possibilidade de sujeitos nulos, as línguas *pro-drop* também teriam como outra propriedade a inversão livre em sentenças simples com todos os tipos de verbos (transitivos, inergativos etc.), ou seja, nestas línguas o sujeito (definido ou não) pode aparecer posposto ao verbo, como no exemplo do italiano com verbo inergativo em (3)⁸:



⁷ Como é tradicionalmente feito em pesquisas de cunho gerativista, o asterisco antes das sentenças indica que elas são agramaticais.

⁸ Segundo Menuzzi (2004, p. 350), o PB estaria se comportando de um modo diferente das outras línguas românicas (como o PE, por exemplo), pois teve o seu paradigma flexional reduzido, o que acarretou uma significativa diminuição dos sujeitos pronominais plenos, como mostra o estudo quantitativo de Duarte (1993), o que indica que o PB talvez esteja sofrendo uma mudança paramétrica no que concerne ao Parâmetro de Sujeito Nulo, ou seja, o PB talvez esteja passando de uma língua *pro-drop* para uma língua não-*pro-drop*. Outro fator que indica que esta língua está

- (8) a. *Il a été discuté* [_{PP} sur [_{DP₃} la question]] (francês)
 (BELLETTI, 1988, p. 9)
 b. Foi discutido sobre a questão (português)
- (9) a. *Au moment où a* [_{VP} téléphoné] _{DP₄} [*l'ami*] de Pierre, *j'ai pensé*
que tout était résolu. (francês) (BELLETTI, 1988, p. 8)
 b. No momento em que telefonou o amigo de Pedro, eu pensei que
 estava tudo resolvido. (português)

Dessa forma, apenas o DP₂, o DP interno a VP, na posição de origem [Compl, V], de um verbo inacusativo, está submetido ao DE. A autora argumenta que nos exemplos (4) e (5), os DPs [il ragazzo] e [o menino], respectivamente, estão na posição DP₄, como em (9), ou seja, na posição de adjunção a VP e não estão sujeitos ao DE.

Belletti (1988, p. 9) ainda afirma que a única estrutura que nos asseguraria a posição DP₂ (e não DP₄) seria a estrutura em (10)¹⁰, cuja aplicação vemos em (11):

- (10) DP₁ [_{VP} V DP₂ PP]
- (11) a. *All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra.* (italiano)
 "De repente, entrou um homem pela janela."
 a'. **All'improvviso è entrato l'uomo dalla finestra.*
 "De repente, entrou o homem pela janela."
 b. *Era finalmente arrivato qualche studente a lezione.* (italiano)
 "Finalmente, chegou alguns estudantes para a lição."
 b'. **Era finalmente arrivato ogni studente a lezione.*
 "Finalmente, chegou todo estudante para a lição."

Porém, como é sabido, podemos encontrar estruturas gramaticais no PB com a estrutura proposta por Belletti (1988) em (10), como os exemplos abaixo:

- (12) a. De repente, entrou o homem no banco.
 b. De repente, entrou todos os homens no banco.
- (13) a. De repente, começou a palestra na UFAL.
 b. De repente, começou todas as palestras na UFAL.

¹⁰ A estrutura proposta em Belletti (1988) é (i). Assim, fizemos uma pequena alteração (ver nota 9).

(i) NP₁ [_{VP} V NP₂ PP]

- (14) a. Aos poucos, chegou os meninos na sala de aula.
 b. Aos poucos, chegou todos os meninos na sala de aula.
- (15) a. Aos poucos, chegou a turma para o início da aula.
 b. Aos poucos, chegou toda a turma para o início da aula.

Afora o problema apontado acima, como alguns pesquisadores observam (COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004, dentre outros), não há motivação para a existência da posição DP₄ em estruturas como as de (4) e (5), em relação ao PB, além de razões concernentes à violação do ECP¹¹ que requer que todo vestígio deixado por um constituinte movido seja propriamente regido¹², o que implica dizer que este deve ser o antecedente do vestígio que o c-comanda¹³ pelo fato de essa língua ter perdido a “inversão livre” do sujeito em contextos (in)transitivos (cf. BERLINCK, 1989; TORRES MORAIS, 1993, dentre outros estudos diacrônicos) ainda presente em LSN tipo italiano.

3. Algumas notas sobre a atribuição Casual ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas

3.1. Sobre o Caso partitivo: a proposta bellettiana

Os verbos inacusativos, contrariamente aos verbos transitivos, não atribuem ao seu objeto o Caso característico dos objetos, nomeadamente acusativo, como apontado por Perlmutter (1978) e

¹¹ Para uma análise detalhada sobre a violação ao ECP acerca deste fenômeno, ver Coelho (2000) e Tavares Silva (2004).

¹² (i) α rege β sse (se e somente se):

(i) $\alpha = X^0$ (ou seja, α é um núcleo lexical N, A, V, P ou α é o núcleo funcional I);

(ii) α m-comanda β e β não está protegido de α por uma barreira.

(ii) M-COMANDO

α m-comanda β sse α não domina β e cada projeção máxima γ que domina α também domina β .

¹³ C-COMANDO

α c-comanda β sse:

(i) α não domina β nem β domina α ;

(ii) cada nóduo ramificante γ que domina α também domina β .

É pertinente pontuar que *nó ramificado* é um nó do qual saem, pelo menos, dois ramos, isto é, que domina, pelo menos, dois outros nós. (cf. RAPOSO, 1992, p. 251).

Burzio (1986). Belletti (1988, p. 1), então, propõe, com base no paradigma Casual do finlandês, o Caso partitivo para o DP pós-verbal em estruturas inacusativas visto que essa língua tem um sistema de Caso morfológicamente rico e o Caso acusativo não é o único Caso possível ao DP objeto:

- (16)a. Hän pani Kiriät pöydälle.
 “Ele colocou os livros (acc, pl) na mesa.”
 b. Hän pani Kirjoja pöydälle.
 “Ele colocou (alguns) livros (part, pl) na mesa.”

Belletti argumenta, com base nos exemplos acima, que há diferenças entre a atribuição de Caso aos DPs pós-verbais nas sentenças do finlandês: quando o DP pós-verbal tem uma leitura definida, o Caso atribuído é o acusativo; quando o DP pós-verbal tem uma leitura indefinida, o Caso atribuído é o partitivo. Dessa forma, há uma incompatibilidade essencial no finlandês entre o Caso partitivo e o DP definido. A autora, então, propõe que a diferença manifestada visivelmente pela morfologia no exemplo acima é uma opção também disponível nas línguas em que a morfologia não faz nenhuma distinção. Nesse caso, o único reflexo do Caso partitivo será na interpretação [\pm definido].

Belletti, assumindo a Hipótese Inacusativa, afirma que os verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo ao DP pós-verbal, mas o Caso partitivo. Como argumentos, ela lança mão dos exemplos abaixo (p. 2), em que os verbos “ser” e “vir”, no finlandês, atribuem Caso partitivo aos seus objetos.

- (17)a. Pöydäll on kirjoja.
 na mesa está (alguns) livros (part, pl)
 “Tem alguns livros na mesa.”
 b. Helsingistä tulee kirjeitä.
 de Helsinki vem (algumas) cartas (part, pl)
 “Vem algumas cartas de Heksinki.”

Seguindo a proposta de Chomsky (1986) no que concerne à Teoria do Caso, ela afirma ainda que o Caso partitivo atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas é um Caso inerente, ou seja, é um Caso atribuído na Estrutura-D junto com papel- θ .

3.2. Sobre a resultatividade/ (in)definitude do DP em estruturas do finlandês: a análise de Kiparsky (1998, 2001)

3.2.1. Verbos transitivos

Tentaremos fazer, nesta subseção, um paralelismo com a análise proposta por Belletti (1988) apresentada anteriormente, no que diz respeito à atribuição do Caso partitivo ao DP pós-verbal de estruturas inacusativas. Começaremos, então, por apresentar a análise de Kiparsky (1998), na qual, em estruturas com verbos transitivos do finlandês¹⁴, o Caso partitivo é atribuído tanto ao DP objeto indefinido, quanto ao DP objeto definido, dependendo da interpretação aspectual [\pm resultativa], como podemos ver nos exemplos abaixo¹⁵:

- (18) a. Ammu-i-n karhu-a/ kah-ta karhu-a/ karhu-j-a
 atirar-Pret-1Sg urso-Part/ dois-Part urso-Part/ urso-Pl-Part
 “Eu atirei em o (um) urso/ em (os) dois ursos/ em (os) ursos”
 b. Ammu-i-n karhu-n/ kaksi karhu-a/ karhu-t
 atirar-Pret-1Sg urso-Acc/ dois-Acc urso-Part/ urso-plAcc
 “Eu atirei em o (um) urso/ dois ursos/ os ursos”

Assim, em (18a), encontramos DPs pós-verbais em que o Caso atribuído é o partitivo e que, não necessariamente, a leitura é indefinida. Kiparsky argumenta que, no referido exemplo, a leitura seria a de um evento “não-delimitado”¹⁶, o que implica dizer que o verbo denota uma atividade: “atirar em”, essa interpretação não está comprometida com o que aconteceu com o urso e seu uso implica que o tiro não acertou o alvo. Contrariamente, na interpretação “delimitada” ou resultativa, (18b), o DP objeto recebe Caso acusativo

¹⁴ Como observamos anteriormente, o paradigma Casual do finlandês foi o ponto de partida para Belletti propor a generalização de que o partitivo seria o Caso atribuído ao DP pós-verbal nas estruturas inacusativas visto que, no finlandês, há dois Casos disponíveis para os DPs objetos, a saber: o acusativo e o partitivo.

¹⁵ É interessante observar que, no exemplo (b), o sintagma [kaksi karhua] apresenta dois Casos distintos: o Caso acusativo para [kaksi] e o Caso partitivo ao nome [karhua].

¹⁶ *Unbounded*, no original. Estamos aqui considerando a tradução feita por Andrade (2003).

e o verbo denota uma realização (*accomplishment*, no original): “atirar para matar”¹⁷.

Assim, temos na(s) estrutura(s) em (18a), DPs [+ definidos], sem leitura partitiva, haja vista que, para Kiparsky (1998), o Caso partitivo pode ser atribuído ou por qualquer verbo transitivo a objetos quantitativamente indeterminados (o que ele chama de “partitivo DP-relacionado”, *NP-related*, no original), ou por uma subclasse própria de verbos transitivos a qualquer objeto (o que ele chama de “partitivo aspectual”), o que mais uma vez não corrobora com a noção “universal” do Caso partitivo, uma vez que Belletti (1988) assume apenas a idéia do partitivo relação-DP, ou seja, a idéia de que, no finlandês, somente DPs pós-verbais indefinidos seriam possíveis.

3.2.2. Verbos inacusativos

Kiparsky (2001) afirma que o finlandês tem também o que são tradicionalmente chamados de “sujeitos partitivos”, esses sujeitos apareceriam, diferentemente dos DPs objetos analisados na subseção anterior, apenas em estruturas com verbos intransitivos/ inacusativos e estariam internos a VP¹⁸ além de se comportarem de um modo diferente das estruturas vistas na subseção anterior, haja vista que há algumas restrições no que concerne ao licenciamento desses DPs.

Assim, os chamados “sujeitos partitivos” do finlandês podem aparecer das seguintes formas:

a) *Denotação Quantitativamente Indeterminada*: essa seria a restrição da qual Kiparsky (1998) chama de “partitivo DP-relacionado”, ou seja, estruturas nas quais os DPs obrigatoriamente devem receber uma leitura indefinida, como nos exemplos abaixo:

¹⁷ Kiparsky (1998, p. 267) afirma que a frase (18b) é entendida significando que “eu matei o urso”. Na contraparte inglesa e, acreditamos que, na brasileira, (18b), excluindo “informações contextuais especiais”, pode significar simplesmente que a minha bala atingiu o alvo, com possíveis, mas não necessários, “resultados fatais”.

¹⁸ Como dito, os “sujeitos partitivos” do finlandês podem ocorrer tanto com verbos inacusativos, quanto com verbos intransitivos comportando-se de modo semelhante. Porém, aqui, por falta de espaço e por não fazer parte do escopo do nosso trabalho, focalizamos apenas os verbos inacusativos.

- (19) a. Uutise-t jatku-vat.
 Notícia-PINom continuar-3Pl
 “As notícias continuarão.”
- b. Nyt tule-e uutise-t.
 agora vir-3Sg notícia-PINom
 “Agora vem as notícias.”
- c. Nyt tule-e uutis-i-a.
 agora vir-3Sg notícias-Pl-Part
 “Agora vem notícias (itens de notícias)”

De acordo com os exemplos acima, os “sujeitos” com verbos inacusativos no finlandês, quando em posição mais à esquerda da frase, recebem Caso nominativo e têm uma leitura definida (19a), porém, quando em posição pós-verbal, eles podem comportar-se da seguinte maneira: (i) recebem o Caso nominativo e, assim, têm uma leitura definida (cf. (19b)); ou (ii) recebem o Caso partitivo e, assim, têm uma leitura indefinida independente do aspecto [\pm resultativo], (cf. (19c)). É interessante observar que, como acontece no PB (KATO, 2000; MENUZZI, 2004, dentre outros), essa língua não apresenta concordância morfológica visível entre o DP pós-verbal e a flexão verbal em estruturas com verbos inacusativos¹⁹, salvo aqueles DPs que ocorrem numa posição pré-verbal (cf. (19a)).

b) *Sob Escopo da Negação*: há ainda, segundo Kiparsky (2001), a possibilidade de os sujeitos partitivos do finlandês aparecerem sob o escopo de uma negação, como os exemplos abaixo ilustram:

- (20) a. Uutise-t (*uutis-i-a) ei-vät jatku.
 notícia-PINom (*notícia-Pl-Part) não-3pl continuar
 “As notícias/ *notícias não continuarão.”
- b. (*)Nyt ei tule uutise-t.
 agora não(-3Sg) vem notícias-PINom
 “Agora não vem as notícias.”
- c. Nyt ei tule uutise-t.
 agora não(-3Sg) vem notícias-Pl-Part
 “Agora não vem notícias”.

¹⁹ Kato (2000, p. 110) afirma que a forma com concordância é ainda usada na língua escrita em PB, mas não é a forma produzida pela criança como produto da aquisição do *input* oral.

Em (20a), o sujeito pré-verbal obrigatoriamente recebe o Caso nominativo haja vista a falta de escopo da negação com o sujeito partitivo, o que implicaria na agramaticalidade desta. O inverso pode ser visto na estrutura em (20b), na qual o DP pós-verbal com o Caso nominativo, sob o escopo da negação, desencadeia a agramaticalidade desta²⁰. Para que uma sentença negativa com o DP pós-verbal possa ser legítima, este deve mostrar o traço (morfema) do Caso partitivo, o que ocorre em (20c). Percebam que, ainda assim, a falta de concordância entre a flexão verbal e esse DP ocorre nessas estruturas.

c) *Sob o Escopo da Negação e Definido*: segundo Kiparky (2001), os verbos inacusativos ainda admitem sujeitos internos definidos singulares com o Caso partitivo sob o escopo da negação, como se pode observar nos seguintes exemplos:

- (21) a. Anna ei enää tul-lut.
 Anna (Nom) não-3Sg nunca mais vir-Pret
 “Anna não veio nunca mais” [Ela está longe]. (sujeito externo)
- b. Ei tul-lut enää Anna-a.
 não-3Sg vir-Pret nunca mais Anna-Part
 “Anna não veio nunca mais” [Talvez ela tenha morrido]. (sujeito interno)

Resumindo, podemos depreender que esses “sujeitos partitivos” do finlandês seriam, então, licenciados a partir das seguintes condições: (i) se eles estão sob o escopo de negação sentencial ou (ii) se eles têm uma conotação quantitativamente indeterminada.

Assim, “sujeitos” externos permanecem fora do escopo da negação sentencial e retêm Caso nominativo. Isso significa que os “sujeitos” partitivos de estruturas inacusativas do finlandês estão internos a VP, o que implica dizer, em parte, que a proposta de Belletti (1988), no que concerne ao Caso partitivo, é corroborada com dados empíricos do finlandês, ou seja, de acordo com o que foi mostrado acima, o Caso partitivo é atribuído a DPs pós-verbais, i. e., a argumentos internos de verbos inacusativos.

²⁰ Segundo Kiparsky (2001), a sentença (20b) torna-se boa com foco contrastivo em *uutiset*.

Porém, alguns problemas (re)surgem, entre outros: (i) a presença do DE (ou o próprio DE?) é, mais uma vez, questionada nessas estruturas inacusativas (cf. AMBAR, 1992; COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004, entre outros) como ilustram os exemplos (19b) e (21b) e (ii) “sujeitos” nominativos e definidos em posição pós-verbal também são licenciados em finlandês, como ilustra o exemplo (19b).

Assim, a possibilidade de atribuição tanto do Caso nominativo, quanto do Caso partitivo ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas nos intriga. Assim, questionamo-nos: os DPs pós-verbais (partitivo e nominativo) seriam gerados na mesma posição? Em que posição eles se encontram na derivação? Podemos, realmente, assumir o DE?

Mais uma vez, deparamo-nos com os mesmos problemas iniciais enunciados neste artigo visto que os dados analisados do finlandês, assim como os dados do PB, também não corroboram a proposta bellettiana.

4. Morfemas como pronomes *versus* o Caso *default*: uma abordagem minimalista

Nesta subseção, faremos algumas considerações acerca da proposta de Kato (2000), no que concerne às estruturas inacusativas e ao Caso atribuído ao DP pós-verbal nessas estruturas. Essa lingüista propõe uma reanálise das estruturas inacusativas como existenciais já numa perspectiva minimalista (CHOMSKY, 1995).

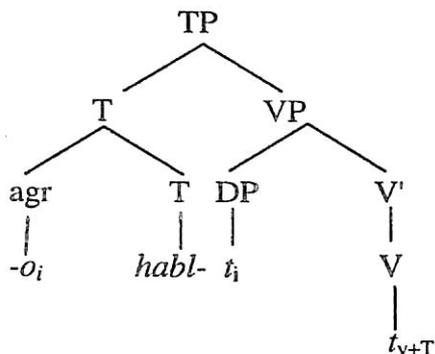
Para isso, ela afirma que, em LSN, a checagem de traços- Φ ²¹ e de Caso é feita pelo afixo pronominal de concordância²² da seguinte maneira²³:

²¹ O conjunto de traços- Φ compreende traços de gênero, número e pessoa.

²² Para uma análise semelhante à proposta de Kato (2000), ver Alexiadou & Anagnostopoulou (1998).

²³ É relevante salientar que, após a cisão de IP feita por Pollock (1989) em *Tense Phrase* (TP) e *Agreement Phrase* (AgrP), Kato (2000) adota o *Tense Phrase* (TP, ou Sintagma de Tempo), que podemos substituir, grosso modo, essa sigla pelo Sintagma Flexional (IP, do inglês *Inflectional Phrase*) como numa abordagem nos moldes de Princípios e Parâmetros.

(22)



Com base na configuração acima, Kato (2000) argumenta que os afixos pronominais são atraídos a T, se adjungindo a esta categoria, que tem seu Caso nominativo eliminado depois da checagem²⁴. Assim, [Spec, TP] não precisa ser projetado. Dessa forma, o sujeito sem matriz fonética *pro* que, geralmente, é assumido em [Spec, TP] para satisfazer o Princípio de Projeção Estendido (o EPP, do inglês *Extended Projection Principle*)²⁵, pode ser eliminado, pois o traço EPP é checado pela afixação dos morfemas de concordância. Estes afixos, então, fariam *merge*²⁶ como argumentos de VP, constituindo um D “defectivo”, visto que os afixos não podem projetar complementos como alguns clíticos e pronomes. Daí que a diferença

²⁴ De acordo com Radford (1997, p. 255), na teoria da checagem de Chomsky, as palavras carregam traços gramaticais que têm de ser *checados* no curso da derivação, que pode ser entendida como a representação do conjunto de operações (*merge* e movimentos) usadas para formar uma estrutura.

²⁵ O EPP diz que toda sentença de toda língua natural deve ter sujeito. Sendo assim, Rizzi (1982) postula o *pro*, um elemento sem matriz fonética em [Spec, IP], para satisfazer esse Princípio. Porém, em Chomsky (1995), o EPP recebeu uma outra interpretação e passou a fazer parte de uma operação geral de verificação de traços. Sendo assim, Kato (2000), adota essa última perspectiva.

²⁶ De acordo com Radford (1997, p. 265), *merger* é uma operação pela qual duas categorias são combinadas para formar uma outra categoria.

entre os clíticos e os afixos está apenas no modo como eles são submetidos a *spell-out*²⁷.

O que ocorreu com o PB, segundo Kato (2000), foi que essa língua perdeu o caráter pronominal de seu afixo de concordância e, como consequência, no lugar do afixo visível aparece um afixo pronominal nulo (-Ø) afixado ao verbo na numeração, porém não pode ser inserido como argumento, ao contrário das LSN, sendo o afixo de concordância um DP pleno ou um pronome livre²⁸, como em inglês, que exige que [Spec, TP] seja projetado para checagem dos traços-D de T.

Na análise das estruturas inacusativas, Kato (2000), seguindo a proposta de Chomsky (1995, p. 274), assume que nas sentenças de línguas como o inglês e o italiano, em que a flexão verbal concorda com o associado (cf. (23) e (24)), os traços do associado subiriam para T, checando-lhe os traços. O associado receberia o Caso nominativo e o expletivo *there* do inglês é inserido, não para a checagem de traços, mas para satisfazer o EPP.

(23) There arrived three men (last night) without identifying themselves.
(inglês)

“Expl Chegaram três homens (na última noite) sem se identificarem”.

(24) Sono entrati tre uomini senza identificarsi. (italiano)

“Entraram três homens sem se indentificarem”

Já para o francês, língua em que a flexão verbal não concorda com o associado, Kato propõe que o que sobe para a checagem é o afixo pronominal de concordância inserido em VP como argumento externo do verbo que se encontra na numeração apenas flexionado para tempo. O Caso do associado é o nominativo *default*²⁹ que não precisa de checagem.

(25) Il y a des chats sous la table.

²⁷ O ponto numa derivação em que os traços fonéticos e semânticos são processados por componentes separados da gramática (o componente PF e o componente LF, respectivamente).

²⁸ Para uma caracterização dos pronomes como vistos aqui, ver Kato (1999).

²⁹ Segundo Schütze (2001, *apud* ANDRADE, 2003, p. 72), “o Caso *default* ocorre apenas em expressões nominais que não estão associadas a nenhum traço de Caso atribuído ou determinado por mecanismos sintáticos”. Assim, este Caso, diferente dos demais tipos de Caso, “é usado unicamente quando nenhum dos processos de marcação de Caso morfológico está disponível”.

Para o PB, Kato (2000) adota uma derivação semelhante às sentenças existenciais e inacusativas do francês, com a diferença do expletivo lexical na numeração do francês (*il*), enquanto que o PB tem um afixo pronominal nulo (-Ø) que, quando sobe para [Spec, TP], elimina o traço do Caso nominativo estrutural, enquanto que o nominativo *default* é o do associado que permanece *in situ*³⁰.

(26) [TP -Ø_{+NOM} +Chegar+OU_{+NOM} [VP [DP as cartas_{+NOM DEFAULT}]]]

Kato (2000) ainda sugere a mesma análise para as existenciais do PB, que também não apresentam concordância: o existencial³¹ com *ter* teria acusativo³² no seu associado e o inacusativo teria o nominativo *default*.

5. Considerações Finais

Este artigo procurou mostrar que a proposta de Belletti (1988) acerca da presumida universalidade do Efeito de Definitude e a proposta de adjunção a VP do DP pós-verbal definido de estruturas inacusativas em Línguas de Sujeito Nulo, como o italiano, não encontra suporte teórico, visto que viola o Princípio da Categoria Vazia.

Procuramos, ainda, problematizar a questão do Caso partitivo também proposto por aquela lingüista com base no paradigma Casual do finlandês, lançando mão de outras estruturas frásicas desta língua. Para isso, assumimos a análise de Kiparsky (1998, 2001) e observamos que, semelhantemente ao PB, o finlandês, em estruturas inacusativas, não manifesta concordância com o DP pós-verbal.

Vimos, ainda, a abordagem minimalista para a questão da inacusatividade de Kato (2000) que propõe uma análise em que a checagem do nominativo estrutural é feita pela subida afixo

³⁰ Sendo assim, o nominativo *default* é diferente do nominativo estrutural, podendo ocorrer os dois na mesma sentença.

³¹ Como Cláudia Roberta Tavares Silva (comunicação pessoal) nos chama a atenção, em Viotti (1999), essa lingüista considera o existencial *ter* diferente de inacusativos, para maiores detalhes ver o referido texto.

³² Perceba que, neste ponto, Kato vai de encontro à proposta de Burzio (1986), segundo a qual, os verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo ao seu objeto.

pronominal nulo (-Ø), que é gerado como argumento externo do verbo, para [Spec, TP]. Já para o associado de estruturas inacusativas do PB, é proposto o Caso nominativo *default* que não precisa de concordância para a checagem.

Assim, pretendemos nos aprofundar acerca das questões aqui problematizadas em trabalhos futuros, visto que as devidas explicações para o fenômeno em foco neste trabalho não foram de todo satisfeitas. De mais a mais, é relevante salientar que, como também defende Andrade (2003), a sintaxe comparativa, fundamentada no Programa de Investigação gerativista, tanto no âmbito sincrônico quanto no âmbito diacrônico, fornecerá as evidências necessárias para a investigação no que tange às construções inacusativas no quebra-cabeça que representa hoje a mudança paramétrica por que passa o português brasileiro.

Referências

- ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect*. Ph.D. Dissertation: MIT, 1987.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. Parametrizing Agr: Word Order, V-Movement and EPP-Checking. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 16, 1998. p. 491-539.
- AMBAR, M. M. *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-verbo em Português*. Lisboa: Colibri, 1992.
- ANDRADE, A. L. de. *Construções Inacusativas do Português do Brasil: características e problemas teóricos*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Brasília, UnB, 2003.
- BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, n. 19, 1988. p. 1-34.
- BERLINCK, R. A Construção V SN no Português do Brasil: uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem. In: TARALLO, F. *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- BURZIO, L. *Italian Syntax: A government-binding approach*. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company, 1986.
- CHOMSKY, N. On Binding. *Linguistic Inquiry*, v. 11, n. 1, 1980. p. 1-46.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo de linguagem. *D.E.L.T.A.* v. 13, Nº Especial, 1997. p. 49-72.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.

COELHO, I. L. *A Ordem VDP em Construções Monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. Tese de Doutorado em Lingüística – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

DUARTE, M. E. L. Do sujeito nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A Posição Sujeito no Português Brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp, 1996.

KATO, M. A. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. *Probus*, 11, 1999. p. 1-37.

KATO, M. A. A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Lingüístico*, v. 2, n. 1, 2000. p. 97-127.

KIPARSKY, P. Partitive Case and Aspect. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (orgs.). *The Projection of Arguments: lexical and compositional factors*. Stanford: CSLI, 1998. p. 265-307.

KIPARSKY, P. Structural Case in Finnish. *Lingua*, n. 111, 2001. p. 315-376.

MENUZZI, S. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: para uma comparação das abordagens formalistas e funcionalistas. *Rev. ANPOLL*, n. 16, p. 349-384, jan/jun, 2004.

MOURA, D. Variação em Sintaxe. In: MOURA, D.; FARIAS, J. *Reflexões Sobre a Sintaxe do Português*. Maceió: Edufal, 2005.

PERLMUTTER, D. Impersonal passive and the unaccusative hypothesis. In: JAEGER, J. et al (Eds.). *Proceedings from the IV annual meeting of BLS*. Berkley, Califórnia, 1978.

RADFORD, A. *Syntax: a Minimalist Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

RAPOSO, E. P. *Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.

RIZZI, L. *The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar*. Paper Presented at the 10th Advanced Course “Language and Cognition”. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, October 10, 1988.

SCHÜTZE, C. T. On the Nature of Default Case. *Syntax*, v. 4, n. 3, 2001. p. 205-238.

TAVARES SILVA, C. R. *A Natureza de Agr e suas Implicações na Ordem VS: um estudo comparativo entre o Português Brasileiro e o Português Europeu*, 2004. Tese de Doutorado em Linguística. Maceió, UFAL, 2004.

TORRES MORAIS, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMP, 1993.

VIOTTI, E. *A Sintaxe das Sentenças Existenciais do Português do Brasil*. Tese de Doutorado. Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, 1999.